



Informativo



ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA - AEBA

www.aeba.org.br aeba_associacao aeba@aeba.org.br Aeba Associação (91) 99194-5898

PREVIDÊNCIA

CAPAF

**INADIMPLÊNCIA
DO BANCO COM O
AMAZONVIDA
PODE SER GRANDE.**



E stá numa singela e despreziosa nota do Balanço da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF (página 4 item “b”) que, por determinação da antiga Secretaria de Previdência Complementar (SPC), ainda em 2009, a CAPAF teria que registrar em seu balanço o valor R\$ 46.433 milhões como recursos a receber contratados.

O que chamou atenção foi a data do contrato (16.12.2002). Por ser muito antigo, a persistência da dívida implica um reajuste significativo de valores.

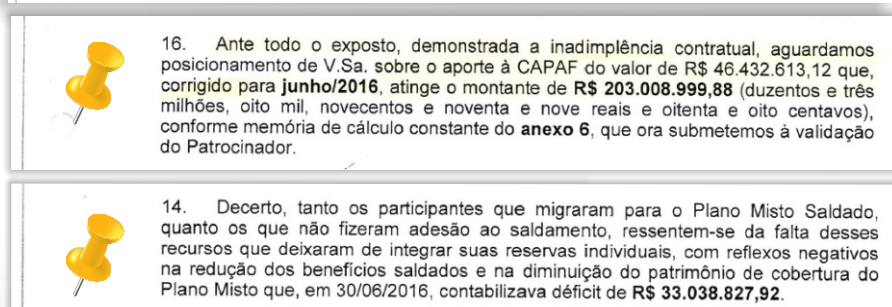
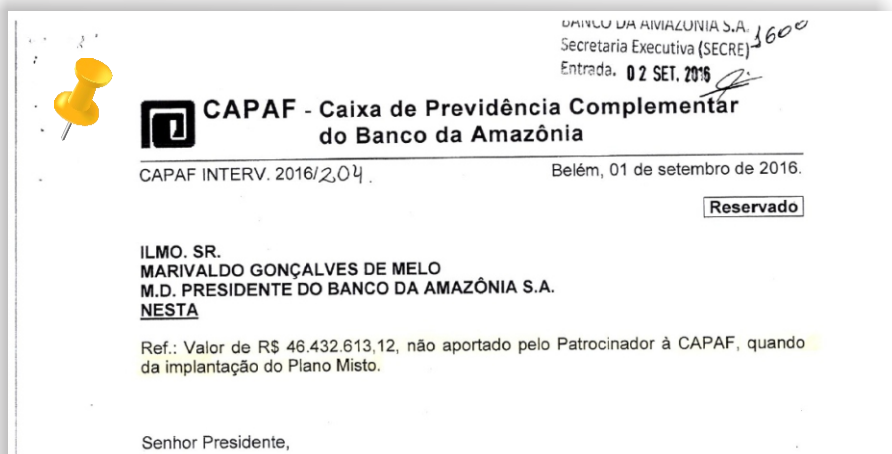
Com alguma dificuldade conseguimos levantar mais informações. O que vimos nos assustou. Pelos documentos levantados, o Banco teria uma dívida de mais de 250 milhões com a CAPAF. Segundo nossas fontes, o Banco assinou um contrato para repasse de valores como parte de seu aporte para a solução do déficit relativo ao processo de migração para o Amazon Vida.

Tudo leva a crer, porém, que o Banco **NÃO CUMPRIU SUA PARTE.**

Essa suspeita se baseia na cópia de um ofício que a CAPAF enviou ao Banco como forma de cobrar a referida dívida. Se isso se confirmar podemos dizer, claramente, que os participantes da CAPAF, tanto o pessoal do AmazonVida, quanto do novo Plano Misto de Benefícios Saldados foram diretamente **ESCORCHADOS.**

No documento, como vemos abaixo, o interventor da CAPAF afirma que está diante de uma “demonstrada inadimplência contratual” e, que a dívida em valores de junho de 2016 seria de R\$ 203.088.999,98 (duzentos e três milhões de reais). Hoje, essa dívida deveria ser corrigida para valores de 2019.

**VEJA
O QUE DIZ
O DOCUMENTO:**



Nos destaques, partes relevantes do Ofício da CAPAF para o BASA.

O próprio Banco reforça a convicção dessa inadimplência ao não permitir que o AmazonVida seja também transferido para um fundo multipatrocinado.

De posse dessas informações a AEBA realizou ontem (24), uma reunião com os participantes para avaliarmos alternativas jurídicas. Além disso, a própria AEBA fará uma denúncia ao MPF sobre esse contrato, pois existem fortes indícios de crimes, inclusive dano ao erário e, por esse motivo, é relevante que o MPF atue para verificar essa possibilidade.